

Successfully created



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

## DIRETORIA REGIONAL DA ZONA DA MATA

3ª Vara Cível da Comarca Vitória Santo Antão  
Rua Joaquim Nabuco, 280, Matriz, VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE - CEP: 55612-900

Processo nº 0000687-59.2025.8.17.4590  
AUTOR(A): SARA CARDOSO FARIAS DA CRUZ  
RÉU: RCA EDITORA E COMUNICACAO EMPRESARIAL LTDA

### MANDADO DE INTIMAÇÃO – TUTELA DE URGÊNCIA

O(A) Exmo.(a) Sr.(a) Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca Vitória Santo Antão, em virtude de lei, MANDA que o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A INTIMAÇÃO** da(s) pessoa(s) a seguir relacionada(s) para cumprimento da tutela de urgência concedida nos autos, conforme DECISÃO/DESPACHO, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Despacho ID226014230, em parte:** “(...)Proceda-se, em caráter de URGÊNCIA, com a intimação da Decisão de ID 225919100, proferida pelo Douto juiz plantonista, conforme requerido em ID 226008888, ou seja, pela via telefônica. Ainda, conforme determinado na referida Decisão, oficiem-se às empresas META- INSTAGRAM e GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA, para a remoção do conteúdo dos seguintes links <https://www.instagram.com/p/DSNMKzPkWhh/?igsh=em1tYjVmNjdqaTd4> e <https://www.instagram.com/p/DSOICL8Edcp/?igsh=anNpd3l6MW43eWxj>, informados pela parte autora em ID 225922691.”

**Decisão ID225919100, em parte:** “(...)Diante do exposto, defiro o pedido de tutela de urgência para DETERMINAR que a parte requerida RCA EDITORA E COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL LTDA, remova o conteúdo indicado na inicial (link não informado pela autora), no prazo de 1 hora contados da intimação, sob pena de multa de R\$5.000,00 por hora de descumprimento. DETERMINO que a intimação da parte requerida seja realizada por OFICIAL DE JUSTIÇA, COM URGÊNCIA, inclusive em finais de semana e feriados, se necessário, certificando-se nos autos o fiel cumprimento.(...) Cumpra-se com urgência. Intimem-se.”

**Para acessar os Documentos, siga os passos abaixo:**

- 1 – Acesse o link: <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>.
- 2 – No campo “Número do Documento”, digite: 25121513165584100000219900775; 25121319175555500000219809934; 25121316371343900000219807164

O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>. Toda a tramitação desta ação deverá ser feita por meio do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas no endereço: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>.

**Destinatários:**

**Nome:** Luiz Roberto Marinho, contato de nº (61) 99985-1943

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, 16 de dezembro de 2025.

Eu, SABRINA ANDREIA LIMA CAVALCANTE, o digitei e subscrevo.

**SABRINA ANDREIA LIMA CAVALCANTE**

*Diretoria Reg. da Zona da Mata*

*Por ordem do(a) Exmo(a) Juiz(a) de Direito*

(assinado eletronicamente)

---

**ADVERTÊNCIA:** a ofensa, através de palavras ou atos, que redunde em vexame, humilhação, desprestígio ou irreverência ao Oficial de Justiça poderá configurar o **crime de desacato**. (Instrução Normativa nº 9/2006, art. 41.)

---

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjepe.jus.br](http://www.tjepe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjepe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Assinado eletronicamente por: **SABRINA ANDREIA LIMA CAVALCANTE**

**16/12/2025 12:03:07**

<https://pje.cloud.tjepe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **226174022**



25121612030769400000220052739

imprimir



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Plantão Judiciário - Sede Vitória de Santo Antão**

Processo nº **0000687-59.2025.8.17.4590**

AUTOR(A): SARA CARDOSO FARIAS DA CRUZ

RÉU: RCA EDITORA E COMUNICACAO EMPRESARIAL LTDA

### **DECISÃO**

Trata-se de pedido de tutela de urgência, em regime de plantão judiciário, por meio do qual a parte autora SARA CARDOSO FARIAS DA CRUZ requer a imposição de obrigação de fazer à parte requerida RCA EDITORA E COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL LTDA.

Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, a concessão da tutela de urgência pressupõe a demonstração da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, requisitos que, em juízo de cognição sumária, restam configurados no caso concreto.

A probabilidade do direito encontra respaldo nos elementos indiciário de provas.

**Com efeito, no documento com ID n.º 225918983 consta procuração assinada pelo noticiante do Boletim de Ocorrência, sr. Josuel Severino de Arruda, conferindo poderes para autora, bem como expressa previsão de honorários advocatícios contratuais no percentual de 25% sobre valor bruto da condenação, cuja liberação da quantia mediante alvará foi devidamente autorizada por ordem judicial, consoante se infere do documento com ID n.º 225920466.**

Impende registrar que a autora justificou o motivo pelo qual o montante fora depositado na conta do banco do brasil de titularidade do seu esposo. Nesse ponto, esclareço que são verossímeis as



afirmações constantes na proemial, tendo em vista que o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco credenciou, com exclusividade, a referida instituição financeira para depósitos judiciais, tendo sido desenvolvido o sistema SISCONDJ, plataforma utilizada para liberação de valores através de alvará ou transferência bancária. Assim, a transferência dos valores para conta do esposo da requerente no Banco do Brasil não indica, por si só, prática ilícita.

Outrossim, demonstrado o perigo de dano, pois a reportagem foi publicada sem maiores esclarecimentos sobre o fato e manifestação da parte contrária, trazendo dúvidas acerca da idoneidade da autora. Nesse cenário, deve preponderar neste momento de cognição sumária o princípio Constitucional da inviolabilidade do nome e imagem sobre o princípio, também constitucional, da liberdade de expressão, notadamente quando há provas indiciárias de contratação do serviço advocatício, liberação judicial dos valores em favor da autora e ato volitivo do denunciante transferindo a quantia para a requerente.

Diante do exposto, defiro o pedido de tutela de urgência para DETERMINAR que a parte requerida RCA EDITORA E COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL LTDA, remova o conteúdo indicado na inicial (link não informado pela autora), no prazo de 1 hora contados da intimação, sob pena de multa de R\$5.000,00 por hora de descumprimento.

DETERMINO que a intimação da parte requerida seja realizada por OFICIAL DE JUSTIÇA, COM URGÊNCIA, inclusive em finais de semana e feriados, se necessário, certificando-se nos autos o fiel cumprimento.

Sem prejuízo da intimação, oficie-se a META- INSTAGRAM e GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA pra a remoção do conteúdo, devendo a autora informar o respectivo link.

Cumpra-se com urgência.

Intimem-se.

Vitória de Santo Antão, 13.12.2025



Matheus de Carvalho

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**3ª Vara Cível da Comarca Vitória Santo Antão**

Rua Joaquim Nabuco, 280, Matriz, VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE - CEP: 55612-900 - F:(81) 35268970

Processo nº **0000687-59.2025.8.17.4590**

AUTOR(A): SARA CARDOSO FARIAS DA CRUZ

RÉU: RCA EDITORA E COMUNICACAO EMPRESARIAL LTDA

## DESPACHO

Proceda-se, em caráter de URGÊNCIA, com a intimação da Decisão de ID 225919100, proferida pelo Douto juiz plantonista, conforme requerido em ID 226008888, ou seja, pela via telefônica.

Ainda, conforme determinado na referida Decisão, oficiem-se às empresas META- INSTAGRAM e GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA, para a remoção do conteúdo dos seguintes links <https://www.instagram.com/p/DSNMKzPkWhh/?igsh=em1tYjVmNjdqaTd4> e <https://www.instagram.com/p/DSOICL8Edcp/?igsh=anNpd3l6MW43eWxj>, informados pela parte autora em ID 225922691.

Sem prejuízo do cumprimento da medida liminar proferida em sede de plantão judiciário, intime-se a autora para, no prazo de 15 dias, recolher as custas processuais.

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, 15 de dezembro de 2025



Juiz(a) de Direito

